TRABALHO COMPLETO
FULL PAPER
XXVII SEPE
Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão
Teaching, Research and Extension Symposium
24 A 26 DE OUTUBRO 2023
ISSN: 2316-9745
CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SCIENCE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT
UFN
https://doi.org/10.48195/sepe2023.27284

ESPAÇO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO DISPOSITIVO DE PRODUÇÃO DE SAÚDE MENTAL DE MULHERES

Thais Cristina Santos Melo [1]; Luiza Camponogara Toniolo [2]; Débora da Silva Machado [3]; Marilia Meneghetti Bruhn [4]

RESUMO

As desigualdades de gênero que sustentam a sociedade atual trazem consigo uma série de demandas e especificidades que são depreendidas pelos serviços de saúde. Percebe-se, em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (Caps AD) localizado em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, que, para as mulheres poderem frequentar o serviço, era necessária a construção de um espaço lúdico para o acolhimento de crianças e adolescentes pelos quais elas eram responsáveis pelo cuidado. Sendo assim, o presente trabalho consiste em um relato de uma experiência que ocorreu nos anos de 2022 e 2023. Por fim, com o decorrer das atividades, a importância de valorizar a presença das mulheres nos serviços e também construir estratégias que visem a permanência das mulheres nos serviços de cuidado.

Palavras-chave: Direitos da Mulher; Saúde Mental; Centros de Atenção Psicossocial.

ABSTRACT

The gender inequalities that sustain today's society bring a series of demands and specificities that are faced by health services. It was noticed, in a CAPS AD, located in a city in the interior of Rio Grande do Sul that, in order for women to be able to attend the service, it was necessary to build a playful space to welcome children and teenagers for whom they are responsible. Therefore, this work consists in a report of an experience that began in April 2022 and continues until this day. We realized, as the activities progressed, the importance of valuing the presence of women in services and also building strategies that aim to keep women in care services.

Keywords: Women's Rights; Mental Health; Mental Health Services.

Eixo Temático: Direitos, Políticas Públicas e Diversidade (DPD)

1. INTRODUÇÃO

Os sofrimentos decorrentes do abuso de substâncias psicoativas são inúmeros e podem atingir as mais diversas áreas da vida de um sujeito. Para que se possa promover um cuidado integral, humanizado e de qualidade para essas pessoas, é importante que se possa conhecer os contextos psicossociais que influenciam as circunstâncias do uso. Não raro, ao conhecer as realidades de pessoas que convivem com o abuso de drogas, deparamo-nos com situações de violência, insegurança alimentar e falta de acesso a políticas públicas de segurança, educação e saúde.

Recortes de raça, etnia, sexualidade e gênero influenciam de maneira a intensificar ou atenuar alguns cenários. É o que foi possível evidenciar durante o cotidiano de trabalho em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CapsAD), que é localizado em um município do interior do Rio Grande do Sul.

Segundo o que prevê a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) através da portaria Nº 3.088 de dezembro de 2011 os CapsAD constituem-se como espaços que devem atender tanto o público adulto, quanto crianças e adolescentes, levando em consideração o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Neste sentido, a portaria também traz que os CapsAD devem se apresentar como serviços abertos, de caráter comunitário e de base territorial (BRASIL, 2011).

Uma das demandas percebidas no serviço diz respeito a iniquidades no acesso e na participação de mulheres nas atividades do Caps. Constatou-se que, de forma geral, os homens têm a possibilidade de frequentar as oficinas, os grupos e demais atividades do serviço com maior facilidade e com maior frequência que as mulheres.

Neste cenário, surge a ideia de criar um espaço destinado unicamente ao público feminino do Caps. No mês de abril de 2022, as residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental que realizam as suas práticas no referido serviço de saúde iniciaram, junto com membros da equipe, com o Fórum de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e com as mulheres em acompanhamento

no Caps a construção desse espaço. Ao longo de mais de um ano, diversas mulheres contribuíram para o desenvolvimento, a qualificação e o fortalecimento da oficina, que foi nomeada de Mulheres no Corre.

A oficina Mulheres no Corre consiste em um dispositivo de cuidado em saúde mental, específico para as mulheres e que, de forma espontânea e coletiva, vem tendo seu formato e sua proposta delineados. Atualmente, tem como objetivos a oferta de oficinas de trabalho e geração de renda; a construção de um espaço seguro de convivência, acolhimento às mulheres e produção de saúde mental; a ampliação do protagonismo e autonomia das participantes; o estímulo à sororidade; e o fortalecimento de vínculos.

Desde os primeiros movimentos de construção do grupo, foram compartilhados momentos reflexivos acerca das desigualdades de gênero, que fizeram com que as pessoas envolvidas levantassem diversas hipóteses a respeito da ausência das mulheres nos demais grupos/oficinas disponibilizados no Caps. Tais hipóteses, com o passar do tempo, foram sendo confirmadas através dos relatos das mulheres participantes. Em suas narrativas denunciavam as restrições de participação em diversos espaços, fato inerente aos papéis delegados às mulheres na sociedade.

Trata-se da materialização de barreiras de acesso a um cuidado mais amplo, para além das consultas com o médico psiquiatra. Dentre as queixas mais recorrentes, trazidas como empecilho para a ampliação do Plano Terapêutico Singular (PTS) no Caps, encontram-se as violências de gênero, os afazeres domésticos, a responsabilidade de cuidar dos membros de sua família e o fato de serem a referência no cuidado com os filhos. Neste contexto, a autora Valeska Zanello (2016) traz a reflexão de que até mesmo as mulheres que ainda não tem ou que não desejam ter filhos, são convocadas ao cuidado com o outro, em uma sociedade que lhes atribui essa responsabilidade com a justificativa de um suposto “dom” para cuidar. A autora ainda enfatiza que “esse “cuidado” se desdobra em uma naturalização dos cuidados domésticos, cabendo a elas, também, em grande parte, até hoje, os serviços de casa”. (ZANELLO, 2016, p. 114)

Apesar dos avanços históricos em direção à ampliação de direitos das mulheres, como constatado no próprio grupo, estas ainda são convocadas pela

sociedade a assumirem um papel prioritário de cuidado do outro em detrimento do próprio. Por isso, foi necessário que as/os profissionais envolvidas/os se atentassem para estas questões, de modo a buscar a ampliação dessa discussão no serviço. Assim, propôs-se pensar e construir formas de enfrentamento dos problemas de acesso das mulheres ao Caps, com o intuito de minimizá-los.

Neste contexto, surgiu a ideia de construir um espaço para o cuidado e a recreação dos filhos das mulheres que frequentam o grupo, visto que grande parte delas não têm a possibilidade de frequentar espaços os quais não possam estar acompanhadas de seus filhos, por não terem outra pessoa para auxiliá-las. É importante destacar que o grupo é composto apenas por mulheres considerando a diversidade do universo feminino, contemplando assim as mulheres cis e transgênero, dentre elas as que frequentam o serviço para tratamento, suas familiares, servidoras, residentes e apoiadoras. Entretanto, desde que o cuidado com as crianças foi considerado, o grupo conta com o apoio do psicólogo servidor do CAPS, em conjunto com estagiárias de psicologia, encarrega-se de desenvolver atividades recreativas.

2. METODOLOGIA

O presente estudo consiste em relato de experiência. Tal metodologia foi escolhida como estratégia de apresentação porque oferece “um lugar de fala e seu tempo histórico, tudo isso articulado a um robusto arcabouço teórico, legitimador da experiência enquanto fenômeno científico” (DALTRO; FARIA, 2019, p. 235). Além disso, destaca-se que o trabalho na modalidade relato de experiência não requer que o estudo passe pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), desde que os sujeitos não tenham a sua identidade revelada, de acordo com a Resolução n° 510, de abril de 2016.

A oficina acontece com periodicidade semanal, com início às 14h00 e término às 16h00. As mulheres que são encaminhadas para o grupo ficam cientes, desde o início, que podem ir acompanhadas das crianças e dos adolescentes com os quais têm a responsabilidade de cuidado.

No início das oficinas, as crianças são direcionadas a uma sala das dependências do CAPS, com auxílio do psicólogo e de estagiárias. A sala conta com

alguns recursos como jogos, lápis de cor, canetinhas, tintas, tapetes e bolas, que são utilizados para entreter as crianças e os adolescentes que acompanham suas mães.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desde o início das atividades do Mulheres no Corre, mais de 10 crianças e adolescentes circularam pelo espaço a elas destinado. Através das atividades lúdicas propostas, as crianças parecem ter se vinculado umas com as outras e, também, com o próprio serviço. Em vários momentos as mulheres relataram que seus filhos haviam gostado de frequentar o espaço e que solicitaram para ir novamente.

Ao mesmo tempo, percebeu-se que as mulheres puderam participar das atividades propostas nas oficinas com mais liberdade e segurança, uma vez que seus filhos estavam sob supervisão de outros profissionais e, ainda, sob supervisão delas.

Nesta perspectiva, se faz necessário destacar neste trabalho a importância de estratégias de cuidado em saúde mental que considerem as desigualdades de gênero. No estudo de Cobo et al. (2021), as autoras ressaltam que, quando comparado aos homens, as mulheres constituem o público que mais procura/frequenta os serviços de saúde. Este dado nos leva a pensar que as mulheres preocupam-se mais com a própria saúde. Entretanto Franklin (2020) revela que há uma queda na procura das mulheres quando se trata de serviços de saúde mental para pessoas com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas, como os CapsAD. Diante disso, a partir dos relatos e vivências das participantes do grupo Mulheres no Corre, podemos presumir que alguns dos motivos da baixa adesão das mulheres nessa modalidade de serviço se dá pelo julgamento em relação ao uso de drogas, considerando o papel social das mulheres, culturalmente construído, no imaginário social, para servir/cuidar do outro e organizar as demandas da casa (FRANKLIN, 2020).

Desta forma, problematizar as disparidades entre homens e mulheres requer pensarmos a construção/fortalecimento de espaços que contemplem as necessidades específicas das mulheres, como o cuidado com seus filhos visto que, são elas que ainda assumem a maior parte dessa responsabilidade. No entanto, considerando o privilégio masculino que os isenta de assumirem integralmente com os seus deveres, compreende-se a necessidade dos serviços fomentarem discussões

no sentido da responsabilização, por parte dos homens, com as mesmas tarefas que sobrecarregam as mulheres e que as colocam num lugar de subalternidade.

Ademais, apesar das conquistas relacionadas aos direitos das mulheres, adquiridos a partir do movimento feminista nas décadas de 70, 80 e 90 que inpulsionaram a criação de serviços como a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), ao Conselho Nacional de Direitos da Mulher e também a própria Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Rodrigues, 2003; Souza e Cunha, 2021), no que tange a Saúde Mental ainda temos uma Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) fragilizada, que em suas principais portarias: n° 3.088 e n° 3.588 (Brasil, 2011; 2017) não menciona estratégias específicas de cuidado às mulheres. Neste sentido, o referido CAPS sustenta o espaço destinado aos filhos das mulheres do grupo, respaldando-se no que trazem as portarias no que diz respeito à oferta de cuidado aos familiares de pessoas que frequentam os CAPS para tratamento.

Desta forma, sem orientações técnicas da própria política de saúde mental, o Mulheres no Corre tem sido construído a partir da busca por estudos de gênero, também por meio das articulações de redes formais e informais, mas sobretudo seguindo os princípios da educação popular em saúde, que valoriza os saberes e estratégias de enfrentamento às violências/desigualdade de gênero que cada mulher utiliza a partir do seu território.

4. CONCLUSÃO

Dentre os diversos fatores que atravessam as vidas das pessoas em sofrimento decorrente do abuso de substâncias psicoativas, o recorte de gênero parece ser um dos obstáculos que mais dificultam o acesso dessas pessoas ao cuidado. Em outras palavras, os papéis de gênero impõem expectativas a serem cumpridas por homens e mulheres, de maneira a delimitar as possibilidades de experiência que um ou outro podem vivenciar.

Silva et al. (2020), ao refletir sobre o conceito de “ética do cuidado”, cunhado pela psicóloga Carol Gilligan (1982; 2011), acrescenta que:

> “em nossa sociedade as mulheres foram historicamente submetidas as atividades do cuidado de tal maneira que estas já se encontram

> como valores morais seguidos muitas vezes sem quaisquer questionamentos, pois estes valores já penetraram nosso conceito feminino de ética." (Silva et al., 2020, p. 152).

Diante do que trazem as autoras, às mulheres, destina-se a obrigação de serem prestativas, compreensivas, dóceis e cuidadoras, uma vez que devem se responsabilizar pela harmonia dos espaços em que circulam. Esse fato implica na gerência e na sobrecarga dos afazeres domésticos, dos cuidados com os membros da família e na aceitação quase que incondicional de sua situação.

Por esse motivo, percebe-se a importância de não só valorizar, mas também fomentar a construção de equipamentos e estratégias que visem a permanência das mulheres nos serviços de atenção e de cuidado. Isso significa que as políticas públicas precisam ser construídas e postas em prática de forma a articular recursos que possam subsidiar o acesso das mulheres aos espaços.

Entende-se que a atenção às crianças que acompanham as mulheres no CAPS necessita de ampliação, de contínuos processos de reflexão e reorganização. Isso significa buscar articulação com demais setores que devem se corresponsabilizar pelo cuidado dessas crianças. Entretanto, a experiência construída pelo CAPS pode servir de incentivo a outros serviços para que possam, também, repensar suas práticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria N° 3.088, de 23 de dezembro de 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria N° 3.588, de 21 de dezembro de 2017.

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.

COBO, B. et al. Desigualdades de gênero e raciais no acesso e uso dos serviços de atenção primária à saúde no Brasil. Ciência e Saúde Coletiva. v. 26, n. 9, p. 4021 - 4026, 2021.

DALTRO, M. R. FARIA, A. A. de. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós modernidade. **Estud. pesqui. psicol**., Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 223-237,

jan. 2019.

FRANKLIN, R. G. Posicionamentos identitários construídos por profissionais de um CAPS AD sobre mulheres que consomem drogas: um estudo de gênero. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Saúde. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. p. 8 - 10, 2020.

RODRIGUES, A. **Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas**. 2003.

SILVA, J. M. S. et al. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. Revista feminismos. vol. 8, n.3, p. 149 - 152, dez. 2020.

SOUZA, M. E. A.; CUNHA, L. R. Políticas Públicas para Mulheres Sob a Perspectiva da Análise Econômica do Direito: Uma Revisão Integrativa das Pesquisas no Brasil. Universidade Católica de Brasília - UCB. Brasília - DF. EALR. v. 12, n. 1. p. 164 - 169, jan./abr. 2021.

ZANELLO, V. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia. In: ZANELLO, V.; PORTO, M. (Org). Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para apasicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, p. 103 - 122, 2016.

---

[1] - Universidade Franciscana, thais.melo@acad.ufsm.br

[2] - Universidade Franciscana, luiza.toniolo@hotmail.com

[3] - Universidade Federal de Santa Maria, debora13smachado@gmail.com

[4] - Universidade Franciscana, marilia.bruhn@ufn.edu.br.